

---

# A ESTRATÉGIA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS

---

*Virgílio de Carvalho*

---

## A ESTRATÉGIA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS (\*)

---

### *INTRODUÇÃO*

Pode entender-se por Estratégia a ciência e a arte de mobilizar o poder material e anímico dos países, e de o utilizar, por forma a realizar objectivos, vencendo a oposição de antagonismos.

O professor José Hermano Saraiva <sup>(1)</sup> refere que cada passo da História de Portugal é a continuação duma situação anterior. O que aponta para a existência de um elemento de continuidade nela, o qual, tudo o parece sugerir, será o Objectivo Nacional Permanente (ONP) histórico de manter Portugal viável. Daí se justificar que os Descobrimentos Marítimos possam ser tomados por um Objectivo Nacional Permanente conjuntural, apontado à realização, na época em apreço, do ONP histórico supracitado. E se justificar também começar a abordagem do tema por uma síntese da dinâmica própria de Portugal.

### *DA DINÂMICA DE PORTUGAL*

O Mouro Razis (século X) entendia poder falar-se de duas Espanhas, uma a Sol nascente, e outra a Sol poente, devido ao corrimento dos rios para o Atlântico. O professor Jorge Dias <sup>(2)</sup> sustentava que a unificação e a permanências da Nação Portuguesa se deve ao mar, que a força atractiva do Atlântico amontoou no litoral a maior densidade da população portuguesa, estabelecendo amarras que defenderam o País da força centrípeta de Castela. O professor Hernâni Cidade <sup>(3)</sup> entendia que a independência de Portugal é uma solicitação do Oceano, que foi isso que fez deslocar de Guimarães

---

(\*) Intervenção na Semana Académica da Universidade do Algarve, em Faro, em 19 de Maio de 1989.

<sup>(1)</sup> «História Concisa de Portugal».

<sup>(2)</sup> «Elementos da Cultura Portuguesa».

<sup>(3)</sup> «Revista dos Centenários».

para Coimbra e para a foz do Tejo a capital, pela tendência de fazer da orla marítima a zona da mais febril e da mais fecunda actividade. Jaime Cortesão (4) opinou que, «ao debelar do século XII... o Povo ocupou toda a costa, criou o género de vida nacional, a Nação organizou-se em função marítima e, por esse esforço de massas, Portugal começou a viver de vida própria». Oliveira Martins (5) asseverou que, sem Lisboa, Portugal não teria resistido à força absorvente do corpo peninsular. Daniel Boorstin (6) salientou ter sido Portugal abençoado com extensos rios navegáveis e portos fundos virados para o Atlântico, o que levou o Povo Português a voltar-se para o mar, em sentido oposto aos centros clássicos da civilização europeia, nas direcções oeste e sul. Tese idêntica havia sido defendida por Jaime Cortesão (7). E Stefan Zweig (8) escreveu: ... «e, com espanto e inveja, volta o mundo a olhar para este pequeno e ignorado Povo no extremo recanto da Europa; observada pelo lado do raciocínio, a expansão de Portugal é um absurdo, uma quixotisse; mas quando um povo se abalança a tarefa muito acima das suas forças, aumentam as suas possibilidades até intensidade jamais concebida; nunca talvez uma Nação se concentrou toda num único momento de vitória, como Portugal, pelos fins do século XIV e princípios do século XV; Portugal tem Alexandre, tem o seus argonautas, tem Albuquerque, Vasco da Gama, Magalhães, Camões e Barros; durante uma hora que o Mundo nunca poderá esquecer, é Portugal a primeira nação da Europa, a nação condutora da Humanidade».

Três conclusões introdutórias principais parecem então lícitas das citações feitas: que o centripetismo de Castela é o antagonismo principal ao ONP histórico «preservação da individualidade de Portugal»; que a estratégia para o ultrapassar é o centrifugismo marítimo nacional; que o que Portugal fez com a sua expansão marítima fê-lo muito mais pensando em si, e não na Europa e, muito menos, lado a lado com a Espanha, como agora parece ser moda, ou estratégia, dizer-se.

Ao que dizem pensadores como Jaime Cortesão (7) e Dan Stanilawsky (9), a Galiza vivia voltada (ao contrário do Condado Portucalense) para o inte-

(4) «Os Factores Democráticos da Formação de Portugal».

(5) «História de Portugal».

(6) «The Discoverers».

(7) «História dos Descobrimentos Portugueses» (1.º Volume).

(8) «Fernão de Magalhães».

(9) «The Individuality of Portugal».

rior da Península e para a Europa, pela estrada dos peregrinos de Santiago de Compostela, razão por que não terá querido acompanhar a trajectória do Condado Portucalense.

Por isso, a operosa junção do Algarve ao Reino de Portugal teve por certo como objectivo evitar que o País ficasse inviabilizado entre ele e a Galiza.

### *CENTRIFUGUISMO CONTRA CENTRIPETISMO*

A Batalha de Aljubarrota, que foi por certo o ponto mais crítico da crise de 1383-85, representa a vitória da burguesia marítima, virada para o comércio externo através do mar, sobre as forças que eram pela legalidade sucessória do Rei D. João de Castela ao trono de Portugal. Representa a vitória do centrifugismo português sobre o centripetismo castelhano. Por isso ela foi, segundo muitos e reputados historiadores nacionais, decisiva para a opção nacional pela estratégia centrifugista, isto é, pelo reforço da maritimidade de Portugal, cujos fundamentos já haviam sido lançados sabiamente pelo Rei D. Dinis.

D. Dinis é por certo uma das figuras providenciais da História de Portugal, a quem não terá sido ainda prestado o devido reconhecimento. Efectivamente, tendo recebido do seu antecessor o País acabado de formar na sua expressão ibérica, ou continental, soube aplicar na organização dele a sua invulgar cultura para a época, que lhe havia sido transmitida por excelentes professores da Sorbonne. Assim, entre outras coisas, procurou dotar Portugal de produções especializadas competitivas alimentares (agrícolas e piscícolas) e minerais, a exportar pela via marítima para fora da Península. E desenvolveu entrepostos portuários comerciais e as marinhas de comércio e guerra, e prosseguiu com o Pinhal de Leiria e a construção naval, entre outras coisas. E, não esquecendo que o especial e vulnerável Portugal não pode ser um país de ignorantes e de ingénuos, fundou a primeira Universidade, em 1290. Da sua acção pioneira decorreram três realizações importantes para a afirmação de Portugal: a pesca do alto em mares do Norte da Europa; a criação das Bolsas do Porto e de Lisboa; e a participação da esquadra portuguesa para defesa da Inglaterra na Guerra dos Cem Anos, nas campanhas de 1386 e 1415-19, em que, segundo Jaime Cortesão (?), chegaram a participar 200 naus portuguesas.

Curiosamente, o Mosteiro da Batalha, que assinala a vitória decisiva da força centrífuga portuguesa, simboliza também as consequências universalistas dela — os Descobrimentos Marítimos — ao albergar os túmulos da Ínclita Geração, e de seus progenitores, o Rei D. João I e sua mulher, D. Filipe de Lencastre. O próprio D. João II, outra figura decisiva dos Descobrimentos, tem também a sua jazida no Mosteiro da Batalha, o qual, deste modo, bem pode ser encarado como património universal, e objecto de possível interesse para Turismo Histórico, de que Portugal deve tirar o maior partido para fins de influência e prestígio, e de desenvolvimento.

### *CEUTA, MADEIRA E AÇORES*

Numa perspectiva estratégica, o estabelecimento da Carreira da Índia pode ser tomado por muito importante ONP conjuntural, no caminho de realização do referido ONP histórico de preservação da viabilidade de Portugal. O caso é que, nos entrepostos comerciais portuários de Portugal passavam, a caminho do Norte da Europa, as preciosidades vindas da Índias pela atormentada e cara via terrestre-marítima do Mediterrâneo. Foi por certo por isso que nasceu o projecto de a curto-circuitar pela rota oceânica à volta da África, sob exclusivo controlo de Portugal, aproveitando a excepcional posição geográfica do País. A tomada de Ceuta em 1415, e a descoberta oficial e o povoamento da Madeira e dos Açores, a partir de 1419, são peças basilares dessa Estratégia Nacional conjuntural: Ceuta permitiria exercer apertado controlo de saídas de embarcações argelinas para o Atlântico, que poderiam perturbar a grande empresa; e os Arquipélagos tornariam possível, mais tarde, o regresso pelo largo dos veleiros que tinham de enfrentar os ventos contrários dominantes do Norte. A junção daqueles dois arquipélagos ao Portugal Continental, além de transformar o País numa autêntica «Base Canaveral» da época, veio a conferir-lhe uma pujança ainda mais marítima, mais centrifugista. Portugal tornara-se num País mais euro-atlântico que ibérico. O que lhe permitiu resisitir com êxito, até hoje, ao aumento da continentalidade que o antagonista ibérico centripetista conseguiu pela unificação das restantes Nações peninsulares, sob a designação propositadamente abrangente da Espanha, em 1492, cerca de três séculos e meio após a independência portuguesa.

A tomada de Ceuta foi também um marco na História Universal, pois tratou-se da primeira grande operação anfíbia oceânica com êxito. Realmente, a preocupação com a recolha e a interpretação de informações sobre o objectivo militar, a concentração de forças muito superiores para o assalto, o completo domínio do mar em seu redor, e a surpresa e a violência da actuação, são procedimentos ainda hoje perfeitamente em vigor nas grandes Marinhas quanto a operações deste tipo. Saliencia-se que também esta operação foi possível pela supracitada obra pioneira de D. Dinis, só ela capaz de ter proporcionado os meios adequados, em porte e número, ao embarque, transporte e desembarque de cerca de 1900 homens (1), em perfeitas condições de domínio do mar, isto é, de segurança.

A tomada de Ceuta representa ainda, em termos de Estratégia, a percepção notável que os Portugueses da época tinham da importância do controlo dos chamados «funis da navegação» (passagens apertadas obrigatórias para a navegação internacional, que os ingleses baptizaram séculos depois com a designação de «Choke Points») para o controlo efectivo do mar. O pioneirismo nacional nesse domínio pode medir-se pela importância que continuam a ter tais posições, pois é à volta de muitas das que Portugal teve de conquistar, além de Ceuta, que hoje se desenrolam os famosos conflitos regionais, na África Austral, no Golfo, na Indochina, etc...

## OS DESCOBRIMENTOS

Os Descobrimientos constituem uma obra prima de planeamento estratégico (a tal «ciência» de Estratégia), que é hoje uma disciplina indispensável. A começar pela atenção dada às informações que deram origem à sua congeminação, pelo cuidado em ocupar Ceuta, e pelo descobrimento e povoamento prévio da Madeira e dos Açores. Depois, foi o recrutamento de ilustres vultos estrangeiros dos domínios que mais interessavam para a grande empresa, que deram valioso contributo para a escola de investigação e de pensamento científico e estratégico a que convencionou chamar-se «Escola de Sagres». Escola essa que foi responsável pelos passos cuidados, seguros, racionais, científicos, dados nas explorações por mar, e nos que por terra foi julgado conveniente também dar na direcção genérica do Oceano Índico, sob a direcção do Infante D. Pedro. Explorações essas, simultâneas, que

fazem dos dois Infantes irmãos, e não apenas de D. Henrique, cérebros e motores dos Descobrimentos. A acompanhar tudo isto, os esforços de investigação científico-tecnológica que conduziram a progressos decisivos nos domínios da navegação astronómica, da adaptação de cartas e instrumentos, e na construção naval e na marinharia, para se passar a navegar com rigor e segurança no mar oceânico, ou «Tenebroso». Por detrás de tão notável esforço estratégico, é de realçar a mobilização popular conseguida, que fez dos Descobrimentos uma autêntica empresa nacional, a ajuizar inclusivamente pela literatura da época, pelo estilo arquitectónico manuelino, pela pintura, e por um épico como Luís de Camões. E, sobretudo, a noção clara do ONP histórico e da necessidade da sua preservação, o que transpõe da conhecida ideia-força de D. João II, «conter a Espanha em terra e batê-la no mar «que foi prosseguida, para além do já referido, pelas estratégias de secretismo, de desinformação e diplomática, para além do uso da força no mar, ou da ameaça do recuso a ela, sempre que isso se tornou necessário. Na realidade, tais estratégias eram vitais para a consecução do objectivo, dada a diferença de potencial material existente entre os dois países, largamente favorável à Espanha, pelo menos em teoria. Por isso, Portugal, além de manter algumas das suas descobertas em segredo absoluto, recorreu à difusão de informações falsas, de que é porventura o mais importante exemplo a célebre reunião em Lisboa, em 1498, depois do regresso de Bartolomeu Dias da passagem do Cabo da Boa Esperança, com a presença dele e de Cristóvão Colombo. Aí, foi dado conhecimento da pretensa posição daquele Cabo, profundamente errada quanto a latitude, o que bem pode ter induzido Colombo a procurar atingir a Índia, que era também o seu objectivo declarado, pela via oeste, via essa que, em face de tal informação, lhe poderia ter parecido mais curta do que a em redor da África. Fosse assim, ou não, o que é facto é que a Espanha foi desviada da competição directa com Portugal, e levada a descobrir casualmente as Antilhas, que Colombo parece ter julgado ser já o Japão, ou a Índia.

Quanto à estratégia diplomática, associada à de secretismo, é exemplo notório do seu efeito o Tratado de Tordesilhas, pelo qual o «maquiavélico» D. João II, tendo sido obrigado a antecipar-se às consequências da chegada de Colombo às Antilhas, mostrou que eram já do seu conhecimento, não só o estratégico Saliente do Natal brasileiro (importante, como os Açores) para a Carreira da Índia, como as Molucas, que ele já sabia serem a mais

rica jóia da coroa do Oriente, em termos de especiarias. Isto porque teve artes de conseguir que ambas as posições ficassem na metade do Mundo atribuído pelo Papa a Portugal.

### *O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS*

A chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 levou o conhecido pensador Arnold Toynbee a declarar que começou aí a era pós-gâmica da História Universal. E pode afirmar-se que, com ela, começou também a era do Poder Marítimo. O que levou, séculos mais tarde, o geoestrategista norte-americano Mahan a declarar que o domínio do mar dá riqueza em tempo de paz e vitória em tempo de guerra, sem nunca dizer que foram os Portugueses de Quinhentos quem primeiro o demonstraram praticamente nos oceanos, a tão grande distância da sua Pátria. De facto, até hoje, as potências do mar sempre triunfaram das da terra, como acaba de acontecer com o êxito da Aliança Atlântica, que obrigou a URSS a recuar. Tendo Vasco da Gama chegado a Calecute apenas com três navios, estes mostraram-se insuficientes para realizar o objectivo da empresa nacional, perante a hostilidade dos interesses estabelecidos por Venezianos, Turcos e Egípcios, entre outros. Por isso, os Portugueses tiveram que enfrentar outro antagonismo, a oposição no mar dos Mouros — designação por que eram genericamente conhecidos os seus adversários no Índico. O que os obrigou a desenvolver uma Estratégia Naval adequada para conseguir o domínio do mar, ou o «senhorio do mar», como então se dizia em Portugal, segundo princípios que são ainda hoje ensinados nas principais Academias Navais do Mundo, como sendo tese do ilustre francês almirante Castex. De facto, o objectivo primeiro da Estratégia Naval defendido nesta tese, o domínio do mar, foi também, séculos antes na prática, o primeiro para D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. Como o foram os hoje chamados Objectivos Ulteriores Positivos da mesma tese — atacar a terra a partir do mar, transportar e abastecer forças militares por mar, assegurar a exploração económica (transportes) do mar. E também os Objectivos Ulteriores Negativos — como negar o uso do mar a antagonistas, evitar que eles ataquem território nacional a partir do mar, impedir que o utilizem para transportar e abastecer forças militares, e impedir que o explorem economicamente. Todos estes objectivos se reconhecem em práticas como a batalha decisiva para o

domínio do mar (a batalha naval de Rumes, ou de Diu), o fechar dos «funis» de Ceuta, Ormuz e de Malaca (e a tentativa idêntica, sem total êxito, quanto a Aden) e o obrigar estrangeiros a licença especial de Portugal para navegarem no Índico. E as componentes do Poder Naval de que fala o pensador inglês Roskill: Elemento de Força (meios militares navais); Elemento de Transporte (meios navais de abastecimento); e Elemento de Segurança (Bases), reconhecem-se também no poder marítimo e naval desenvolvido e usado pelos Portugueses no Índico, com as suas Armadas (simultaneamente militares e de transporte) e as suas bases, de que é exemplo Goa.

Curiosamente, ainda hoje se confrontam as teses defendidas por Afonso de Albuquerque e por D. Francisco de Almeida. Afonso de Albuquerque, considerado como um dos maiores génios navais por entendidos nacionais e estrangeiros, sustentava que o domínio do mar se conseguiria melhor com a posse de praças fortes em terra, para defender os «Choke Points» referidos. D. Francisco de Almeida afirmava que, para tal domínio, bastaria a Portugal um único ponto de apoio em terra, simultaneamente entreposto comercial e base naval, que seria Cochim, estratégia que, na sua opinião, era mais fácil de sustentar com o tempo. Hoje, nos EUA, hesita-se entre teses do tipo de Afonso de Albuquerque, ou seja, presença em oceanos longínquos sustentada com bases em terra, e do tipo D. Francisco de Almeida, com apoio prevalecentemente no mar. E, caso curioso, isto passa-se quanto ao mesmíssimo Oceano Índico, onde as forças navais dos EUA, aquando da recente Guerra Irão-Iraque, conseguiram manter a liberdade da navegação internacional no Golfo e nas suas aproximações, apenas com apoio em trem naval apropriado, e na Ilha vizinha de Diego Garcia.

### *A ESTRATÉGIA DE AFONSO DE ALBUQUERQUE*

A preferência do Portugal de Quinhentos pela estratégia de Afonso de Albuquerque foi uma opção ousada, prestando-se a ser interpretada como desvio à fria racionalidade e à prudência que sempre pautara a Estratégia dos Descobrimentos. E isto porque, muito embora Albuquerque tenha conseguido o domínio necessário do Índico para fazer funcionar a Carreira da Índia, a verdade é que tal opção não passaria facilmente nas provas clássicas de exequibilidade e de aceitabilidade da Estratégia. De facto, ocupar posições em terra hostil a tão grande distância de Portugal, e ao mesmo

tempo velar pelo transporte em segurança de tão valiosas mercadorias ao longo de tão extensa rota, perante tantos antagonismos, e dificuldades, parecia à partida condenada a levar aos dramas da História Trágico-Marítima e ao ruir, peça por peça, embora durante séculos, do Império construído. Dir-se-ia poder ter havido na opção de Albuquerque uma tentação continentalista. Tentação essa que terá tido a sua manifestação mais clara, mais tarde, na tentativa de ligar Angola a Moçambique por terra, que acabou no traumatizante ultimato da aliada Inglaterra. Tentação que voltou a estar presente no projecto de transferir a capital de Angola da litoral Luanda para a interior Nova Lisboa.

É claro que tem de ser-se muito prudente com apreciações deste tipo, até porque o caso do Brasil, um colosso de extensão e de coesão, constitui um êxito espectacular da acção de Portugal no Mundo. Aliás, apesar do fim abrupto e dramático em 1975 do que ainda restava do Império português, o que de tudo ficou, em termos de laços de sangue e histórico-culturais, e de difusão da fé cristã, constitui um precioso legado de Portugal ao Mundo, que parece estar agora a caminho de ser melhor reconhecido e aproveitado. Inclusivamente pelos países africanos que falam português, os quais, após frustrantes e traumatizantes experiências com outros «colonizadores» modernos, parecem agora desejosos de recorrer a Portugal. Será que tudo isto resultou de isenção de preconceito racial decorrente de os Portugueses terem antepassados celtas, íberos, normandos, árabes, judeus, fenícios, etc., que lhes permitiu casar com africanas e asiáticas? Será isso que irmanou Portugal com os EUA como pioneiros de descobrimentos marítimos e espaciais pela criatividade e gosto pelo risco, próprios de países de imigrantes que ambos são?

A ser assim, o referido poderá vir afinal de dar razão à resposta de Fernando Pessoa «tudo vale a pena quando a alma não é pequena» que ele deu à sua própria pergunta «valeu a pena?»

### *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

O êxito da Estratégia Nacional da era dos Descobrimentos resultou, por certo, em boa parte, da atenção que os Portugueses deram a elementos decisivos dos Factores Material e Anímico do Poder Nacional para vencer importantes antagonismos. De tal forma que transmitem a noção de não

terem para eles quaisquer segredos conhecimentos como os que levaram o contemporâneo professor norte-americano Ray S. Cline a propor a seguinte fórmula empírica do Poder Nacional:

$$P_N = F_M (G+E+M) \times F_A (S+D)$$

$P_N$	=	<i>Poder Nacional</i>	$F_A$	=	<i>Factor Anímico</i>
$F_M$	=	<i>Factor Material</i>	$S$	=	<i>Qualidade da Estratégia</i>
$M$	=	<i>Elemento Geográfico</i>	$D$	=	<i>Determinação do Povo</i>
$G$	=	<i>Elemento Económico</i>			
$E$	=	<i>Elemento Militar</i>			

Quanto ao Factor Material, reconhecem-se na Estratégia da era dos Descobrimentos os seguintes elementos importantes:

- O recurso ao efeito multiplicador do poder militar embarcado, pela concentração de efectivos e pela mobilidade, que permitiram a sua projecção e o seu emprego com surpresa e superioridade local, a enorme distância de Portugal (Elemento M);
- O reconhecimento prático do valor geoestratégico do território nacional e dos chamados «Choke Points» (Elemento G);
- O reconhecimento do transporte marítimo oceânico como meio simultaneamente mais económico, mais livre e mais seguro que o terrestre (Elemento E);
- A importância dada à pesquisa científica e tecnológica, bem como ao planeamento estratégico, aplicados à realização do Objectivo (Elemento E);
- Os cuidados postos na preparação do decisivo elemento humano quanto a cultura, diplomacia, navegação oceânica, marinharia e estratégia militar-naval (Elementos E e M).

Quanto ao Factor Anímico, salientam-se:

- A qualidade da Estratégia Nacional, pelos cuidados de que foram rodeadas a sua congeminação e a sua execução, nomeadamente

quanto a recolha sistemática de informações estratégicas, e ao recurso ao planeamento estratégico e ao método científico (Elemento S); — A excelência da liderança, (a tal «arte» da Estratégia) a qual, juntamente com a da mobilização popular conseguida, fez dos Descobrimientos uma autêntica empresa nacional, que levou Portugal a agigantar-se da forma salientada por Stefan Zweig (?) (Elemento D).



Portugal foi pioneiro, não apenas nos Descobrimientos Marítimos, mas também em Estratégia Económica, Marítima e Militar-Naval. E teve ainda papel-chave na difusão da fé cristã que lhe terá sido ditada pelo espírito messiânico transmitido por ordens religiosas que participaram na sua expansão do Continente e na sua «empresa nacional». O que não pode ser esquecido nas Comemorações dos Descobrimientos.

Portugal demonstrou na Era de Quinhentos como uma aparente pequena potência, sem muitos recursos materiais, jogando decisivamente na cultura, na inteligência e na vontade do Elemento Humano, e na imigração qualificada, pôde sobreviver. E, mais que sobreviver, projectar-se indelevelmente para a posteridade como autêntico património da Humanidade.

E, como contributo para que esta mesma Humanidade não esqueça que Portugal foi seu condutor nessa Era — como bem o salientou Stephan Zweig —, proporia que tal fosse perpetuado no Algarve de duas maneiras: em Sagres, com a edificação dum indispensável centro cultural, como já tem sido aventado; e no Cabo de S. Vicente — o «Promontorium Sacrum» de que falava Ptolomeu, e a que ele atribuiu o significado místico de fronteira do mistério oceânico — com um padrão gigante bem avistável dos numerosos navios que diariamente passam próximo. Além do mais, ambas as propostas poderiam ter útil aproveitamento em termos de Turismo Histórico.



Como lição para o futuro, lembra-se que continua a ser indispensável a Portugal ter e manter um objectivo bem definido e mobilizador. É que, sem

se saber para que «porto» se quer ir não se pode falar nem tirar partido de ventos e correntes favoráveis. Como, por exemplo, da adesão às Comunidades Europeias, e da Cooperação. Nem se poderá disfrutar da unidade e da continuidade de acção que a escassês de recursos, e as vulnerabilidades de Portugal, muito recomendam. E esse objectivo — o ONP histórico dos Portugueses — é preciso não o esquecer, continua a ser Portugal. Cujo nacionalismo, centrifugista, jamais poderá ser aviltado, por ter sido potenciador de universalismo que fez do País autêntico património histórico, religioso e cultural da Humanidade.

*Virgílio de Carvalho*

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

- *Lições de História Marítima Geral* — Vice Alte. Vicente M. C. de Almeida D'Eça.
- *O Ministério da Vasco da Gama* — Armando Cortesão.
- *A Arte da Guerra do Mar* — Padre Fernando Oliveira.
- *A Náutica dos Descobrimentos* — Alnte. Gago Coutinho.
- *Cours Complet d'Histoire* — Albert Malet.
- *Portugal Militar* — Carlos Selvagem.